

A construção da territorialidade Nikkei no Brasil

The construction of Nikkei territoriality in Brazil

Alcides Tetsuo Matunaga - Bolsa Discente, modalidade Bolsa de Iniciação

Científica e Tecnológica - ICeT

Co-orientadora: Prof. Ms. Marcia Rezende de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFSP - Campus

São Paulo, São Paulo

Submetido em 10/03/2016

Revisado em 11/03/2016

Aprovado em 01/06/2016

Resumo: O Brasil foi o destino de imigração de famílias japonesas desde o início do século XX, atraídos pelos sonhos de enriquecer e voltar para seu país de origem. Hoje, passados mais de cem anos desde o início da imigração, a comunidade japonesa no Brasil é a maior fora do Japão. A proposta do projeto é analisar o processo que resultou na construção da territorialidade do Nikkei (descendente de japoneses nascidos fora do Japão ou naturalizados em outro país), tendo como objeto de estudo a bibliografia produzida pela comunidade nipo-brasileira e o IBGE por ocasião da comemoração do centenário da primeira leva migratória. Nesse sentido, tivemos de recorrer a uma pesquisa histórica e conceitual que nos propiciasse condições de entender todo esse processo.

Palavras chave: Territorialidade. Imigração. Nikkei. Cultura.

Abstract: Brazil was the immigration target of Japanese families since the beginning of the early twentieth century, lured by dreams of enriching and return to their country of origin. Today, more than one hundred years since the beginning of immigration, the Japanese community in Brazil is the largest outside of Japan. The purpose of the project was to analyze the process that resulted in the construction of territoriality of the Nikkei (Japanese descendants born outside Japan or naturalized in another country), having the object of study the literature produced by the Japanese-Brazilian community and the IBGE on the occasion of the centenary of the first migratory wave. In this sense, we had to resort to a historical and conceptual research to give us conditions to understand this whole process.

Keywords: Territoriality. Immigration. Nikkei. Culture.

Introdução

O objetivo desse projeto é o de verificar como se dá a construção da territorialidade Nikkei. Pretende-se examinar, por um lado, em que medida esses descendentes de imigrantes conseguem preservar a sua pretensa identidade do país de origem, sua possível ligação com o projeto de nação japonesa e com a representação do lugar que a constitui, e, por outro lado, a relação que se estabelece a partir da apropriação do espaço que é o da sua vivência. O corpus analisado, nesse primeiro ano de pesquisa, são aqueles que nos fornecem noções históricas e conceituais que nos permitem ler as publicações editadas em São Paulo por ocasião da comemoração dos 100 anos da imigração japonesa e entender a territorialidade Nikkei que se apresenta nessas publicações, especificamente o livro do IBGE “Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil”, uma coletânea de textos (Asari, Bassanezi, Beltrão, Kawamura, Kodama, Konta, Ninomiya, Oliveira, Paganelli, Pereira, Sakurai, Schpun, Sugahara, Truzzi e Tsukamoto), e o livro “Pequena história da imigração japonesa no Brasil” de Masao Daigo, produzido pela associação japonesa como auto expressão identitária daquela comunidade. A relevância do projeto se mostra em entender o processo de migração em curso, uma vez que para Asari (1992), a nova onda emigratória ocorrido em 1980 contraria a hipótese de que esse processo já estaria concluído, sinalizando para o fato de que ele ainda precisa ser melhor compreendido.

Para tanto, utilizamos de uma bibliografia específica para tentarmos delimitar o que é territorialidade criando um mapa conceitual que serve de suporte à nossa análise. Milton Santos define o Espaço em seu “A Natureza do Espaço” como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, e que “a partir dessa definição podemos reconhecer categorias analíticas internas. Entre elas a paisagem, configuração territorial, divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e formas-conteúdo.” (Santos, 2006).

Ainda segundo Santos (1988), paisagem é tudo que a vista alcança. É a materialização de um instante da sociedade. A sociedade existe com objetos e é

com estes que se torna concreta. Já Carl Sauer (apud Claval, 2001), pai da geografia cultural, propôs que existem dois tipos de paisagem, a natural e a artificial. Quando o Homem se defronta com a natureza, há entre os dois uma relação cultural, política, técnica, etc. É a marca do homem sobre a natureza. Com a produção humana, há a produção do espaço, que é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço através dos objetos, naturais e artificiais. Ainda segundo Milton Santos:

Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas. A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais, formada por frações de ambas. O espaço é diferente da paisagem, a paisagem é materialização de um instante da sociedade, como uma fotografia. O espaço contém movimento, resulta do casamento da sociedade com a paisagem. (Santos, 1988 p. 22-23).

Já Haesbaert (2006), sintetiza as noções de território usadas atualmente em três vertentes básicas:

“Política (referida às relações de espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações de espaço-poder institucionalizadas), a mais difundida, com “o território sendo visto como espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado”

Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/desvalorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto

da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.” (Haesbaert, 2006. p. 40)

Para Haesbaert e Porto Gonçalves (2006), território é “um sistema de domínio e apropriação simbólica do espaço”, e através dessa leitura, integram as diversas dimensões, procurando identificar o que chamam de “nova desordem mundial”. É um conceito de território em uma perspectiva social, integrando as diversas dimensões (econômica, política, cultura e ambiental), que constitui o que chamam de sistema-mundo-moderno-colonial, diferente do antigo conceito de Território, que levava em conta principalmente as relações de poder. Essa leitura pode ser achada em Ratzel (1990), que ligava o homem ao solo, e que mesmo levando em conta os fatores econômicos, políticos e sociais, não supera a visão naturalista de território, impedindo-o de avançar nessa direção.

Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) realizam uma análise dessa ordenação mundial através das mudanças ocorridas atualmente, que transpõem as barreiras (fronteiras) delimitadas pelos Estados. Em uma análise histórica, afirmam que a construção atual de fronteiras e Estados não é natural e portanto foi construída pelo homem, mas que um novo ordenamento se realiza, passando por um processo dialético de ordem e desordem, de destruição e reconstrução (territorialização, desterritorialização, reterritorialização). Haveria, porém, uma multiterritorialização, ao invés de um processo de perda ou desaparecimento de territórios. No campo cultural, Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) fazem uma crítica tanto ao suposto “hibridismo cultural”, quanto criticam a teoria contrária de “homogeneização” da cultura. Para eles, vivemos em um processo de “glocalização”, uma fusão dos termos global e local, onde o local teria influência na produção de uma cultura global, mas que ao mesmo tempo reforçaria identidades locais, regionais, religiosas, étnicas, etc. Portanto, o hibridismo e a reclusão identitária podem ocorrer ao mesmo tempo, através dos novos guetos (como os bairros islâmicos de Paris) ou as redes globalmente articuladas, tais como os Nikkeis espalhados pelo mundo, por exemplo.

Destarte, entendemos que o método dialético, que segundo Pratt (1999) se pode comparar as alteridades e dimensões culturais, nos permitiria entender como se equaciona o choque entre as duas culturas e analisar como se dá esse

processo de integração da comunidade Nikkei. Cabe salientar ainda o caráter interdisciplinar do projeto que conjuga a formação em geografia, sociologia e filosofia recebidas no curso de graduação em Geografia do IFSP.

Literatura Pesquisada

A pesquisa até o presente contou com a análise da literatura proposta no projeto, com a inclusão de algumas obras e artigos que foram adicionados ao longo do processo como se segue.

No quesito metodológico, além do método dialético, sentimos a necessidade de uma bibliografia que nos auxiliasse a construir um método que permitisse ao pesquisador se debruçar sobre uma realidade da qual ele próprio faz parte. Nessa busca é que chegamos à Etnometodologia. Ela se fundamenta em um raciocínio prático do cotidiano, buscando evidências para reconstruir uma explicação da realidade observada. Seu foco está mais concentrado no processo do que nos resultados. O objetivo da etnometodologia é a busca empírica dos métodos que constituem o conjunto dos etnométodos que os indivíduos utilizam para comunicar-se, tomar decisões, raciocinar, isto é, o conjunto de procedimentos que são usados para produzir e reconhecer o seu mundo de forma que se saiba como eles constroem as suas atividades no cotidiano. (SILVA; CABRAL, 2010 p.4). Deste modo, a etnometodologia funciona estudando como se dá a relação do indivíduo ao pesquisar uma realidade da qual ele próprio faz parte, é membro. É importante para a pesquisa ao dar as ferramentas necessárias para se preservar o ponto de vista do pesquisador através da análise das construções sociais que o permeiam, prevenindo-o de contaminar a pesquisa ao tratar de um meio em que está inserido, como é o caso deste artigo.

Com referência aos estudos geográficos, a pesquisa foi realizada tendo por base bibliográfica autores como Milton Santos, David Harvey, Paul Claval, Olga Maria Becker, Neide Patarra, Hélion Povoa Neto, com ênfase para os estudos da Geografia Cultural e os conceitos de Globalização e Ocupação do

Espaço de Milton Santos em seu livro “Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia” e os conceitos de migração, ecumeno e mobilidade abordados por autores como Sorre, Sayad e Vainer

No que diz respeito à pesquisa direta, foram realizadas visitas ao Museu Histórico da Imigração Japonesa, um dos poucos museus étnicos do país, localizado na Avenida São Joaquim, no Bairro da Liberdade em São Paulo. Foi um dos principais projetos de comemoração do 70º aniversário da imigração japonesa no Brasil. O museu foi inaugurado em 1978 com a presença do presidente Geisel e do, na época, príncipe herdeiro e hoje imperador Akihito. Feito para preservar a memória do imigrante japonês, recebeu doações de fotos, objetos e apoio financeiro da comunidade. Tem 1592 m² de área expositiva em 3 andares (7º, 8º e 9º).

Os dois primeiros foram construídos em 1978 e reúnem documentos e objetos que vão desde o Tratado de Amizade Brasil/Japão (1895), chegada dos primeiros imigrantes (1908), núcleos coloniais (1913). Há réplicas dos navios “Kasato Maru” e “Brasil Maru”, cenas da partida do Japão, cartas e propagandas japonesas de encorajamento à emigração por parte do governo japonês, contratos de trabalho, passaportes, jornais editados a bordo dos navios, relatórios de viagem, etc. O terceiro (9º andar) faz um panorama da comunidade nikkei após a Segunda Guerra Mundial. O museu conta também com documentos sobre chegada e relacionamento das empresas japonesas no Brasil, entre outros materiais.

No 3º andar há a biblioteca com acervo de mais de 5 mil objetos, 28 mil documentos escritos e cerca de 10 mil fotos.

Visitando o museu pudemos entrar em contato com parte do que os Nikkei se apropriam para expressar sua identidade. Uma construção que resistiu à integração ao Brasil, preservando a cultura, costumes e a língua como forma de defesa ao racismo que foi a tônica de várias das primeiras décadas desde o início da imigração, assim como um modo de ajudar na sobrevivência e melhoria das condições precárias a que foram expostos assim que chegaram ao Brasil.

Histórico da imigração

O termo “migração” teve vários significados adotados através do tempo. Nesse sentido, Sorre (1984, p.126) diz que o uso da palavra migração abrange movimento, mudança, desde um homem que se muda do campo para a cidade até a mudança no sentido ou significação de uma palavra. Entretanto, nas ciências humanas é um termo muito mais específico.

Em uma tentativa de análise direta, não havia concordância sobre a conceituação do termo e foi feito um esforço para se criar uma padronização: todo deslocamento internacional de certa duração era considerado migração; dividia-se entre migrações permanentes (de duração maior que um ano) e temporárias (que abrangiam tempo de até um mês). O problema dessa padronização era seu caráter limitado, abrangendo apenas os movimentos internacionais, desprezando os movimentos definitivos e sazonais que ocorrem dentro dos Estados. Sorre (1984) afirma que o geógrafo não deve limitar-se a estes padrões e que desde os gregos temos um conceito na geografia que pode ser trabalhado para estudar as migrações. Para os geógrafos, “as migrações são a expressão da mobilidade do ecúmeno” (SORRE, 1984 p.126).

Este conceito, Ecúmeno, para os gregos era a área de “atuação do homem”, e duas ideias lhe eram associadas: a de espaço terrestre associada com seus limites e a ideia de ocupação pelo homem, de fixação, de estabilidade.

Sorre (1984 p. 129) afirma que a estabilidade é uma ilusão causada pela atenuação da mobilidade, e que não existe falta de movimento ou estabilidade real. A permanência se dá quando o habitat está em equilíbrio, porém nem mesmo as mais arraigadas comunidades rurais estão em repouso total. Se houver excedente de população, por exemplo, a comunidade a expelle até voltar a equilibrar-se. Neste raciocínio, habitat “são as condições de estabelecimento de grupos humanos na superfície terrestre e a sua estabilidade” (SORRE, 1984, p. 130). Pode-se classificar essa mobilidade geográfica em três divisões, baseado no volume dos movimentos migratórios: Movimentos elementares, que não obedecem qualquer regra de conjunto e são individuais; movimentos de

conjunto, que são do tipo coletivo, tal como a colonização do Oeste americano e a própria imigração japonesa para o Brasil; e finalmente os movimentos intermediários, que podem ser de famílias, tribos, clãs ou cidades, mas que não tem um mesmo destino.

Ou seja, para Sorre (1984), cada corrente migratória possui sua estrutura definida não apenas pelo número de indivíduos mobilizados, mas por sua coesão, imposta ou não, verificada em cada ponto da corrente, de sua origem ao seu destino. Afirma também que os estudos migratórios só tornam-se completos quando relacionados com a massa demográfica das regiões de partida e chegada.

A migração japonesa para o Brasil

O Brasil do século XIX vivia um momento de transição, com a abolição do trabalho escravo, ao mesmo tempo em que a economia cafeeira atingia novos patamares e demandava braços para os grandes latifúndios. O Japão, após mais de dois séculos e meio de isolamento, passava por um turbulento e rápido processo de modernização e industrialização, que privatizou e taxou as terras, expulsando camponeses que se viram obrigados a ir para as cidades procurar trabalho.

Segundo Becker (1997, p.323), até a década de 1970 o fenômeno migratório era considerado pela perspectiva neoclássica, que considerava o indivíduo e a decisão de migrar como um ato decorrente de “decisão pessoal”. Após a década de 1970, passou-se a usar o enfoque neomarxista, que enxergava a migração segundo Gaudemar (1977 apud BECKER, 1997) como a “mobilidade forçada pelas necessidades do capital”.

Ambas as perspectivas descritas por Becker (1997), a neoclássica e a neomarxista, apresentam falhas em pontos diferentes. A neoclássica, já superada, exatamente por não enxergar as relações sociais de produção e portanto ignorar as relações de dominação na sociedade. Já as generalizações do enfoque neomarxista somente abordam certos níveis de explicação, deixando

secundárias abordagens, por exemplo, dos aspectos culturais dos ciclos migratórios.

No enfoque neoclássico, dava-se ênfase a fatores de atração-repulsão, que aplicavam-se às situações que geravam insatisfação de viver no lugar de origem (repulsão) e que tornavam lugares distantes atraentes (atração). Todo o processo decisório levaria formulações de fatores positivos e negativos de lugares de origem e destino e fatores pessoais, porém seriam um processo apolítico e neutro, contudo positivo, já que imaginava-se que a mobilidade traria equilíbrio para economias subdesenvolvidas, assim como a industrialização e a modernização eram vistas como forças benéficas, propulsoras da migração, fazendo ajustamento das forças de trabalho e trazendo progresso econômico.

Já no enfoque neomarxista, a mobilidade era forçada, um mecanismo necessário para a expansão do capital. A força de trabalho móvel surgia para servir o capital e o seu modo de produção, transformando-se, segundo Gaudemar, em mercadoria que ao ser consumida gera o valor, e assim, produz o capital (Gaudemar, 1977 apud BECKER, 1997, p. 334).

A mobilidade sob esta ótica tem dois enfoques: espacial e social. A primeira é a característica do trabalhador submetido ao capital de se deslocar espacialmente para atender e manter os locais preparados pelo capital, escolhidos ou impostos. A segunda se trata da mobilidade entre os setores de produção e funções do processo produtivo, como os pequenos produtores expropriados de seus meios de produção que tiveram suas condições transformadas para camponeses assalariados.

É possível fazer uma relação da imigração para o Brasil usando estes dois enfoques. O social no Japão, que após a já mencionada modernização e privatização de suas terras, expropriou os camponeses, criando um excedente de população que migrou para as cidades, e viu-se precisando realocar essa mão de obra excedente. Essa realocação pode ser vista pelo enfoque espacial. A necessidade de promover essa mobilidade em primeiro lugar levou os japoneses a ir para regiões em seu território ainda não ocupadas. Esgotadas

essas terras, iniciou-se o processo de emigração. Os destinos primários eram o Havaí, Canadá e costa oeste dos Estados Unidos. Eram fluxos migratórios que porém fecharam-se sob a alegação de que o trabalhador japonês desvalorizava a mão de obra, aceitando trabalhar em piores condições e ganhando menos.

Já o Brasil precisava de trabalhadores para substituir a mão de obra escrava, além de realizar a colonização de suas fronteiras e preencher os grandes vazios existentes em seu território. No entanto, via-se a necessidade de outro tipo de imigrante que os asiáticos, idealmente europeu, branco e agricultor, que atendia o projeto de se ter uma nação que rumava para o embranquecimento.

Entretanto, as condições de trabalho a que os imigrantes eram submetidos ao chegarem no Brasil, visto que vinham substituir o trabalho escravo, levou a alguns países como França e a Itália a proibir a emigração para o país, assim como fazia acontecer o fenômeno da reimigração, com diversos imigrantes retornando para a Europa ou indo para outras regiões/países da América Latina à procura de melhores condições. O assentamento de colônias não estava funcionando exatamente por estes motivos. Apesar disso, muitos italianos ainda entravam no Brasil no final do século XIX, tanto pela Itália estar passando por grande instabilidade social e econômica quanto por conta, segundo Becker (1997), das tensões na Europa trazidas pela Primeira Guerra, fazendo a emigração europeia para o Brasil ficar ainda mais desinteressante.

A imigração japonesa para o Brasil deve-se portanto à uma convergência de fatores que alinharam-se para possibilitá-la de acontecer. Nem o Brasil era o destino preferido dos japoneses, tampouco eram os japoneses os imigrantes desejados pelo Brasil. O Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão, assinado em Paris no ano de 1895 procurava atender a demanda de ambos os países. De um lado o Japão com a necessidade de enviar seu excedente de trabalhadores para fora do país e o Brasil com a necessidade de trabalhadores para a então lucrativa lavoura do café. Pode-se destacar a influência da elite cafeeira de São Paulo no que se refere à assinatura do acordo

e da criação de condições para os imigrantes que chegaram ao Brasil, assim como sua aceitação.

Pouco se sabia do Japão e de sua cultura, mas a preferência de imigrantes europeus era porém muito mais do que simplesmente pela proximidade de culturas. O asiático em geral era considerado um ser inferior. Assim escrevia Oliveira Martins, escritor e político português: "um Brasil europeu e não asiático, uma nação e não uma colônia, eis aí o seguro porvir da Antiga América portuguesa" (Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992, p. 39)

O jornal Correio Paulistano publicou entre julho e agosto de 1892, uma série de artigos do jornalista espanhol Francisco Cepeda, que viveu em Cuba por alguns anos e que:

alertava os brasileiros sobre os problemas a que ficariam expostos caso os asiáticos fossem introduzidos no país. Em sua estada naquela ilha, dizia, pudera observar que os mesmos não se adaptavam, conservavam os seus costumes, a sua religião e a língua materna. Criticava-os, ainda, pelo uso frequente de ópio e a propensão demonstrada para a prática do suicídio. Afora todos esses pontos negativos, a tendência demonstrada em permanecerem unidos na defesa de seus interesses podia representar um perigo na medida em que não foram raros os casos em que chegaram ao extremo de matar seus próprios patrões. (Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992, p. 40-41).

Desta forma, podemos entender sob qual ponto de vista as decisões sobre as políticas migratórias referentes aos imigrantes japoneses foram tomadas. O japonês, aos olhos de muitos, favorecia uma maior mistura de raças inferiores na população brasileira. Nas palavras de Sasaki:

os amarelos, isto é, os asiáticos, não condiziam com os ideais da construção da identidade nacional brasileira, que era baseada na política de embranquecimento, embora eles tenham

sido vistos como uma alternativa para compor a mão-de-obra e atender à demanda na lavoura cafeeira. (SASAKI, 2009, p.83).

Havia uma clara preocupação com o “perigo amarelo”, que ameaçava essa construção identitária. Ao preservarem sua língua, costumes, religião e fecharem-se em grupos, tornam-se impermeáveis para as práticas de nacionalização. Aos olhos de alguns, havia o iminente perigo à própria integridade nacional. Em 1890, com o Decreto n.º 528, de 28 de junho de 1890, houve a proibição da entrada de imigrantes da África e da Ásia no Brasil, exatamente seguindo o discurso eugenista e o ideal de embranquecimento da população.

Ainda assim, motivados principalmente pelas razões econômicas, São Paulo apoiava a migração de japoneses, e conseguiu que fossem abertas exceções quanto aos japoneses e chineses, desde que estes não tivessem antecedentes ou estivessem respondendo por crimes em seu país de origem. O interesse não era somente necessariamente pela falta de braços na lavoura, mas também pela perspectiva de aumentar a oferta e diminuir os salários da mão de obra no geral.

Foi neste contexto que aportou em Santos em 18 de junho de 1908 o primeiro navio, Kasato Maru, trazendo 781 pessoas, organizadas em 165 famílias e 48 avulsos, com destino às fazendas de café paulista, dando início à imigração japonesa oficial no Brasil. Oficial porque foi diferente dos japoneses que vieram para o Brasil anteriormente, não eram beneficiados pelo Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.

Ela deu início a um fluxo migratório que durou até a década de 1980, sendo interrompida durante a Segunda Guerra Mundial. Podemos dividir em três fases essa imigração para o Brasil: a primeira, que dura até meados da década de 1920 era composta por imigrantes voltados para o trabalho no campo; a segunda fase é bastante parecida com a primeira, e alguns autores não o separam. A grande diferença se dá no estreitamento das relações entre os dois países, e às políticas adotadas pelo Japão, incentivando diretamente a migração,

através de financiamento das viagens e envolvimento inclusive na alocação dos colonos em terras próprias, cedidas pelos governos estaduais brasileiros; a terceira fase é pós Segunda Guerra Mundial, com o Japão destruído economicamente no pós-guerra, enfrentando uma crise com altas taxas de desemprego. Houve desta forma, uma mudança grande na escolaridade dos imigrantes. Eram jovens qualificados para o trabalho agrícola e industrial. Também nessa terceira fase, empresas japonesas vieram se instalar no Brasil. Esse ciclo só se encerra devido à crise econômica e financeira no Brasil na década de 1980 com a moratória da dívida externa e o Boom da “economia de bolha” japonesa.

Na década de 1930, houve um debate acerca da validade do emprego da força de trabalho “amarela”. Por um lado, haviam argumentos sobre as “virtudes econômicas” do japonês:

não há quem negue as qualidades de caráter, as aptidões de trabalho, a moralidade de costumes, as normas de disciplinas, os sentimentos profundos de respeito às leis, o acatamento às instituições, o afastamento sistemático às lutas da política nacional, que singularizam o povo japonês. (Clóvis de Carvalho, Subdiretor do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo; apud VAINER, 2000, p. 19).

Ainda sobre a ética de trabalho dos japoneses:

Qual é o auxiliar de fazendeiro paulista que resiste, tal como o faz, o japonês, às medidas impostas periodicamente pela economia brasileira, determinando preços baixos e proibição de exportação de café, o que representa muitas vezes a impossibilidade de pagamento dos colonos agricultores por parte dos fazendeiros? Colonos estrangeiros, de pá em punho, fizeram em São Paulo os fazendeiros passar momentos difíceis em 1930 e 1931, enquanto mesmo entre as suas dificuldades, sorriam os colonos japoneses, o que justifica plenamente a defesa destes por parte da agricultura paulista, em especial pela

Sociedade Rural de São Paulo e principalmente o Povo Paulista.
(Lobo, apud VAINER, 2000, p. 19).

Do outro lado temos Oliveira Vianna, que dizia que o japonês “é como o enxofre: insolúvel” (Vianna apud VAINER, 2000, p. 19). E Xavier de Oliveira:

(...) Se ele é inassimilável, sob o ponto de vista da antropologia propriamente, mais ainda o é de maneira integral, do ponto de vista do seu psiquismo. Isto como uma característica de seu normo-tipo racial e, mais até, por sua própria constituição intrapsíquica, sem esquecer, nem pôr de lado, as razões mais profundas, diria, de seu misticismo religioso, mesclado com o fanatismo patriótico. (Oliveira apud VIANNA, 2000, p. 19).

Esse zelo pelo nacionalismo, que reforçou-se principalmente na década de 1930, preocupava-se com o que Romero (apud VAINER, 2000, p. 20) chamou de “Kystos Ethnics”, que só reforçavam os laços dos imigrantes com a pátria de origem. Sua preocupação principalmente era com os Kystos germânicos em colônias no sul do país, Nestes Kystos, os imigrantes permaneciam impassíveis ao processo de nacionalismo, sequer falavam o português, e mantinham laços estreitos com suas nações de origem. Havia um medo de que isso se tornasse um problema de integridade do Estado nacional, temia-se que houvesse, ao exemplo do que ocorreu na América Espanhola, um esfacelamento do Brasil como nação. Mas só no Estado Novo, entre 1937 a 1945, ocorreu uma “campanha de nacionalização”, procurando segundo Seyferth:

o caldeamento de todos os alienígenas em território nacional. A categoria "alienígena" preponderante no jargão oficial englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como "não-assimilados", portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasiliidade. A campanha foi concebida como "guerra" para erradicação de ideias alienígenas, com o objetivo de impor o "espírito nacional" aos patrícios que formavam "quistos étnicos" erroneamente tolerados pelo liberalismo da República Velha. Seus idealizadores criticavam, sobretudo, a

política de colonização com imigrantes mantida durante a Primeira República, argumentando que a elite não corrigiu os "erros" cometidos no Império, permitindo que estrangeiros formassem núcleos isolados, quase imunes ao processo assimilador característico da formação social brasileira. (Seyferth, 2000, p. 95)

Desde meados de 1924 o governo japonês passou a apoiar os colonos através de empresas japonesas no Brasil, que receberam terras ofertadas pelos governos de SP e PA, por exemplo, ou arrendaram terras com dinheiro do governo japonês. Essas colônias japonesas em locais isolados, onde se falava a língua japonesa e se mantinham os costumes e tradições, aliados ao forte sentimento nacionalista dos imigrantes, despertou muitas suspeitas. O endurecimento das políticas migratórias (com a limitação da entrada de imigrantes japoneses a 2% do número de imigrantes já instalados no país em 1935, por exemplo), a proibição dos japoneses de morarem perto da costa brasileira e em algumas regiões da cidade de São Paulo, a proibição de jornais e revistas em japonês e subsequente fechamento de escolas que ensinassem a língua japonesa, demonstram como a sociedade brasileira encarava os imigrantes e em especial os japoneses. Segundo Takeuchi (2008 p. 182), houve uma caricaturização do japonês, que se intensificou com o advento da Segunda Guerra Mundial. E que apesar da imagem dos japoneses ser vista como negativa, o mito da Democracia Racial no Brasil, que pregava que no Brasil existia uma tolerância e hospitalidade que abarcava todas as nacionalidades e etnias, manteve as portas do país abertas à imigração japonesa. Porém esse mesmo mito, segundo Takeuchi (2008, p. 182), contribuiu para um esforço de esquecimento dos dramas vividos pelas primeiras gerações de imigrantes, preferindo mudar-se o foco no sucesso profissional e a ascenção social como forma de superar os traumas e conflitos de antes. Nas próximas linhas, desenvolveremos um pouco o tema da imigração sob o ponto de vista do imigrante japonês, e de como ocorreu o processo de construção de sua territorialidade no país.

O processo de construção da territorialidade.

Um dos pontos que deve ser enfatizado no processo de imigração para o Brasil é que os imigrantes japoneses vinham de um país que havia se fechado para o mundo por mais de dois séculos. A sociedade japonesa vivia consigo mesma, sem interagir com o mundo exterior, possuía costumes próprios e não via esses costumes entrarem em choque com outros. O imigrante ao chegar ao Brasil, além da dificuldade com o clima, com a barreira linguística, ainda enfrentava esse grande.

Ainda tratando dos estudos migratórios, Singer (1998) afirma que se tem estudado como o imigrante se insere na sociedade de destino do ponto de vista do indivíduo e suas condições (analfabetismo, qualificação profissional, etc.), mas seria interessante considerar os laços de solidariedade familiar, de origem comum, se há ou não instituições formais ou informais que encaminhem o imigrante aos setores de mercado de trabalho. No caso da imigração japonesa, temos em 1924 a presença do Estado Japonês, subsidiando o processo migratório e o assentamento desses imigrantes no país de destino. Antes dessa data porém, houveram sim muitos laços de solidariedade. Segundo Sakurai (2008, p. 124¹), os imigrantes japoneses vinham de diversas regiões do Japão, desde as mais rurais e “atrasadas” até as das regiões mais desenvolvidas e urbanizadas. Na verdade, havia uma heterogeneidade inclusive de classes sociais. Dialetos e costumes eram usados como auto identificação perante os outros imigrantes. Contudo, por causa das dificuldades encontradas no Brasil, pela inversão de status que aconteceu (com os japoneses de origem urbana tendo de aprender a plantar com os de origem do campo), tudo isso contribuiu, segundo Sakurai (2008), para uma diluição das diferenças entre o grupo. Os dialetos eram substituídos pelo japonês padrão, seus costumes regionais que antes talvez pudessem gerar conflitos (modos de fazer determinadas comidas, ingredientes diferentes, etc.), devido à escassez e precariedade das fazendas de

¹ Trata-se do livro Resistência & Integração 100 anos de imigração japonesa no Brasil, uma das obras específicas que compõem o corpus da pesquisa.

café em terras brasileiras, era melhor aceito por todos. Poderia-se arriscar a dizer que houve uma espécie de “aplaínamento social e cultural”, gerando um sentido de unidade, criando laços e identificações e reforçando o nacionalismo à pátria de origem. Também os costumes religiosos se afrouxaram, visto que na falta de religiosos, membros que conhecessem mais as tradições e costumes assumiram o papel de celebrar casamentos, funerais, etc.

Esse “aplaínamento” e dissolução das diferenças não aconteceu rapidamente e enfrentou ainda certa resistência no começo. Inicialmente as famílias tentavam realizar os casamentos dentro de famílias que partilhassem a mesma região de origem no Japão. O casamento exogâmico não era cogitado, dentre outros motivos, porque criaria laços com o Brasil. O sonho das plantações de café que davam lucros exorbitantes e podiam enriquecer em apenas algumas colheitas era vendido aos japoneses, que acreditavam poder voltar para o Japão em alguns anos, e que, portanto, não viam necessidade de fincar raízes. Claro que ao se depararem com a realidade, perceberam que não enriqueceriam rápido, de toda forma, ainda assim encaravam a migração como temporária.

Martins (1988) observa que as migrações temporárias afetam o próprio migrante, alterando-o, visto que vive outra realidade quando viaja e mesmo quando retorna, não se reencontra, porque procura voltar a ser o mesmo que partiu, e ocupar o mesmo lugar. Ele considera que um migrante é temporário sociologicamente se ele se sente fora de casa, ausente, fora de seu lugar, mesmo que tenha migrado definitivamente. Afirma que a migração temporária não cíclica – basicamente a realidade do Nikkei assim que chegou ao Brasil – separa o “lugar do trabalho” do “lugar do não-trabalho”, do “lugar de festa”. Estes se submetem a condições precárias, agruras e mazelas das mais diversas, acreditando que estão no “lugar do trabalho” e esperam, no futuro, através dele, ir para o “lugar de festa”. Para Martins (1988) a migração passa de temporária para definitiva quando os dois lugares se dão no mesmo espaço, quando o que o migrante considera que o lugar de festa também migrou.

Isso demorou para acontecer para a maioria das famílias. Porém, ao encararem a realidade das fazendas, vendo seus filhos crescendo e mais

crianças nascendo em solo brasileiro, os japoneses começaram a pensar em como educar suas crianças. Sentiam que seria um desrespeito ao Imperador se suas crianças não falassem e escrevessem o japonês ao retornar para o Japão. Passam a organizar escolas comunais para educar suas crianças. Passam também a publicar jornais em japonês, que só foram interrompidos quando houve as proibições de publicações em língua estrangeira, mas que foram retomados logo após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Ainda hoje estão em circulação jornais em japonês no Brasil, com tiragem de alguns milhares de exemplares, tendo sua circulação primariamente em bairros de São Paulo com grande concentração de Nikkeis, como a Liberdade.

Também as escolas, que no começo seguiam a educação japonesa, e que foram proibidas durante a Segunda Guerra (que, no entanto, secretamente ainda continuaram a existir), passaram a ensinar o currículo brasileiro.

Sayad (1998), afirma que o fenômeno da imigração dissimula a si mesmo da própria verdade, no sentido de não conseguir pôr em conformidade o direito e o fato. O direito seria o caráter provisório da imigração, e o fato é seu caráter duradouro. Muitas vezes o imigrante não sabe se sua situação é provisória estendida ou se é uma situação duradoura vivida como provisória. Existe, portanto, uma tendência a se ignorar como provisória e não se confessar como definitiva ou duradoura para não infringir as categorias em que os imigrantes se pensam e se constituem. Essa afirmação é bastante aplicável aos Nikkeis, muitos fizeram da sua condição provisória a desculpa para suportar as condições árduas, a hostilidade, o preconceito. Sayad também afirma que a sociedade de destino aceita e tolera o imigrante de maneira apenas provisória, e que portanto, o imigrante nunca está completamente seguro. Uma calamidade que aconteça pode resultar em sua expulsão. O lugar do imigrante na sociedade, além de ser abaixo e à margem na hierarquia social, se desfaz em tempos de crise. Só há sentido e legitimação na imigração e nos imigrantes se o saldo é positivo entre custos e lucros. Quando os lucros, principalmente econômicos, são maiores que os custos sociais e culturais.

Destarte, o fim da Segunda Guerra Mundial com a derrota do Japão constituiu a desculpa perfeita para os Nikkeis aceitarem e colocarem em conformidade o direito e o fato. Mas de certa forma, muito antes disso, os imigrantes já haviam percebido que não voltariam em 3 ou 5 anos para o Japão, assim como perceberam que a cultura do café não era o que lhes haviam prometido durante o recrutamento no Japão. Segundo Schpun:

o tempo médio de permanência dos japoneses no sistema de colonato foi, para os japoneses, relativamente curto: metade deixou as fazendas de café em menos de cinco anos, mas uma boa parte o fez em menos de dois anos. Muitos alcançaram rapidamente a posição de arrendatários ou pequenos proprietários. (SCHPUN, 2008, p. 138).

Segundo Schpun (2008), as possibilidades de arrendamento e de possuir uma propriedade eram duas: as terras gastas pela cultura do café, onde os japoneses iniciavam a policultura, sua verdadeira vocação e as terras ainda virgens, nas zonas pioneiras. O apoio do governo japonês, tanto no sentido de conselhos técnicos quanto o financiamento para compra de terras, utensílios e investimento inicial foi vital.

Também foi importante a mobilidade geográfica do Nikkei, e as redes de ajuda eficientes que segundo Schpun (2008, p. 139) “graças às quais os imigrantes encontraram-se bem informados, não se deslocando de modo gratuito, nem se intimidando e permanecendo imóveis.”

Os laços de solidariedade contribuíram também para a instalação de associações e cooperativas, que seguiam uma organização estrutural que era tradicional no Japão. As associações e cooperativas eram criadas para os cidadãos interagirem entre “seus iguais”. Havia a associação de jovens, de adultos, de mulheres, de crianças. Servia para organizar atividades de lazer ou outras e para ter uma mediação organizada entre o vilarejo que pertenciam e os poderes públicos.

Podemos citar como exemplo dessa organização a cidade de Londrina, que segundo a pesquisa de Melchior (2003), os imigrantes dividiram a cidade em “setores” ou “kumi”, que nada mais eram que a concentração de famílias em uma determinada área. Cada “kumi” elege um presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretários, etc., que são responsáveis por estreitar as relações entre os patrícios e levar informações ao resto da comunidade. Desta forma, na década de 1930, os pioneiros que se instalaram em Londrina dividiram a cidade em 29 kumi ou seções, que permitiram uma comunicação/confraternização rápida e eficiente.

Hoje, segundo Melchior (2003), constata-se o declínio deste tipo de prática, devido principalmente ao desinteresse das novas gerações em manter esse tipo de tradição, porém boa parcela da comunidade ainda participa das festas organizadas pela ACEL (Associação Cultural e Esportiva de Londrina), clube mantido pela comunidade nipônica do município.

Na sua contribuição para agricultura, os japoneses trabalharam com a cultura de café, arrendando terras e as preparando para o cultivo e em troca recebendo, após estabelecida a plantação. Durante o período, ficava com as colheitas intercalares de feijão, batata, milho e algodão. As vezes o pagamento poderia ser a posse das duas ou três primeiras colheitas. Houve também a rizicultura, que era vantajosa porque o Brasil fazia maciça importação de arroz e os japoneses já estavam acostumados a plantá-lo. Ocuparam terras que eram de várzeas às margens do Rio Grande, na fronteira de Minas e São Paulo, e com o sucesso, mais e mais colonos eram atraídos, ampliando a rizicultura que dominou vastas áreas do Triângulo Mineiro e foi responsável pelo desenvolvimento de terras também na região em torno da Estrada de Ferro Santos-Juquiá no litoral paulista.

Outro ponto importante foi o cooperativismo na agricultura suburbana em São Paulo. Uma das mais famosas, a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), surgiu da necessidade de armazenar as batatas colhidas pelos agricultores da região, porém em dez anos se tornou a maior cooperativa agrícola do Brasil.

Incentivou o plantio de hortaliças e sobreviveu até a década de 1990, encerrando suas atividades em 1994.

Também a introdução de culturas de diversas verduras, legumes e frutas que “ou eram consumidas por estreitas faixas da população ou nem sequer se produziam em escala apreciável” (CARDOSO, 1995).

Schpun (2008, p. 140) observa que no processo de ascenção social, houve uma vantagem da estrutura da família tradicional japonesa.

Segundo ela, para sair do regime do colonato, “precisava-se acumular uma pequena poupança, [...] e com a autoridade do chefe de família, [...] aliada à obediência e respeito aos mais velhos, garantia um padrão ascético de consumo.” A família tradicional japonesa também era toda empregada no negócio familiar. Todos trabalhavam e faziam sua parte pelo negócio da família.

Ainda segundo a mesma autora, a passagem de campo para cidade dos Nikkei se deu, em média, em cerca de dez anos depois da chegada ao Brasil. Em 1958, 49% viviam em cidades. Esse processo de mudança para as cidades se deu basicamente pela busca de uma melhor educação para seus filhos. O índice educacional dos Nikkei que chegaram ao Brasil era alto para os padrões brasileiros, segundo os dados descritos por J. Amândio Sobral em artigo escrito para o Correio Paulistano de 26 de junho de 1908:

Dos introduzidos pela companhia (781) 532 sabem ler e escrever, isto é, 68 porcento, sendo necessário notar que, dos 249 tidos como analfabetos, empregando esta palavra na sua acepção literal, não chegam a 100, o que eleva muito aquela porcentagem. (Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992, p. 60).

O investimento não atingia todos os filhos e as escolhas eram feitas de maneira pragmática, por desempenho ou pela tradição, privilegiando os primogênitos homens, que eram responsáveis por assumir o patrimônio e cuidar dos pais na velhice. Mas as escolhas eram feitas tendo o sentido de privilegiar com os benefícios conquistados com a escolaridade, a família como um todo.

Essa geração que foi para o meio urbano, transformou-se em pequenos comerciantes, empregados em escritórios, etc. Não houve de fato uma ascensão social em relação aos seus pais, já que exerciam no geral, profissões relacionadas à classe média baixa. Schpun (2008, p.144) associa o processo de urbanização acelerado à uma melhora nas condições dos Nikkei, que deu a possibilidade de aquisição da casa própria, de contratação de empregados, que liberava os filhos do negócio familiar, possibilitando-os estudar cada vez mais. Em relação aos estudantes universitários, em 1998, a população Nikkei “era igual a 1% do total nacional, mas estava super-representada entre os estudantes do superior, dentro os quais 25% possuíam tal origem” (Ninomiya apud SCHPUN, 2008).

O desempenho escolar era visto como uma retribuição, como a sua parte devida na dinâmica social familiar. Para Schpun (2008 p. 145), a imagem que os escolares das décadas de 1960-1970 tinham dos Nikkeis eram variadas, envolvendo a ideia de bons alunos, aplicados e disciplinados. E forneciam à sociedade, profissionais qualificados, que se encaixaram bem com a expansão industrial vista nos anos de 1950. Com a alta taxa de escolarização, veio a ascenção social, com dados elencados por Schpun (2008, p 146), que organizamos na tabela 1, que segue abaixo:

Tabela 1 – Elaborado com base em Schpun (2008, p.146)

Renda (salários mínimos)	Famílias brasileiras	Famílias nikkei
Mais de 20	5,7%	16%
10 a 20	16%	32%
5 a 10	Não informado	Não informado
1 a 5	50%	20%
Menos de 1	12%	3,3%

Essa ascenção social se deu junto com o processo de integração dos Nikkeis com o resto da sociedade brasileira.

É certo que a manutenção dos costumes, língua e cultura japonesas, a restrição severa aos casamentos exogâmicos, assim como um certo distanciamento nas relações com os assim chamados “gaijin” ou estrangeiros e a criação e manutenção de associações e cooperativas dentro da comunidade, serviram para criar uma identidade Nikkei, de caráter positivo, que era e é reforçada pela comunidade. A auto imagem criada dentro dela é encontrada em afirmações como as feitas por Sakurai (2008, p. 12), de que “As lições duramente aprendidas pelos imigrantes no primeiro contato com o Brasil foram passadas aos descendentes, que, depois de 100 anos, são privilegiados brasileiros com raízes japonesas.”

Porém, mesmo com a introjeção dessa autoimagem, a penetração dos Nikkeis na sociedade brasileira através da sua inserção nas mais diversas camadas sociais e de trabalho, assim como um relaxamento das rígidas regras sobre casamentos inter-raciais e o consequente aumento dos mestiços (em grande parte devido ao falecimento dos mais velhos, naturalmente mais apegados à tradição e mais fechados à integração), trouxe a integração do Nikkei à sociedade brasileira. Os jovens:

devido à memória de experiências negativas de seus ancestrais pelas agressões sofridas no pós guerra, levavam os jovens a desejar dissociar-se da imagem de “ser japonês” preservada por seus pais e avós. (Dezem, 2000; Morais, 2000 apud KAWAMURA, 2008, p. 169).

Da mesma forma, a primeira e segunda geração no Brasil:

para não serem tratados de “japão”, tornaram-se Antônio ou Mário de modo a evitar constrangimentos com os nomes japoneses difíceis de pronunciar; foram batizados na Igreja Católica para ter padrinhos brasileiros, figuras importantes na convivência com os nacionais no interior do Brasil. Mais tarde, seus filhos e netos foram registrados com prenome ocidental e japonês, e até a grafia dos sobrenomes foi simplificada para facilitar a comunicação – muitos retiraram o “h” e o “s” dos “sh”, “ts”, sons comuns na língua japonesa. Por conseguinte, mesmo

o nome de família, um dos elos com os ancestrais e os parentes que permaneceram no Japão, se modificou com a mudança para o Brasil. (SAKURAI, 2008, p. 127).

Kawamura (2008), sustenta que o fato do Japão ter se tornado uma potência tecnológica influiu de maneira positiva na imagem que os descendentes tinham do país e possibilitou mudar a autoimagem que possuíam, reaproximando-os dos aspectos culturais nipônicos, como idioma, artes, esportes, eventos, etc., deixando claro contudo, que essa reaproximação “não significou uma dissociação da forte tendência de integração dos Nikkeis na sociedade brasileira” (KAWAMURA, 2008, p. 170).

Há um processo dialético criado por um lado, com essa reaproximação com o Japão moderno, realizado através dos diversos canais criados devido ao fenômeno Dekassegui, iniciado na década de 1980, fazendo com que nikkeis que emigram e retornam tragam consigo a vivência e o contato com o Japão moderno; por outro, com o próprio processo de integração já realizado no Brasil (o nikkei, ao emigrar, descobre-se brasileiro, apesar do fenótipo); e por fim, a cultura tradicional dos imigrantes japoneses no Brasil, que “permeia, em variados graus, a conduta, o comportamento, os valores e sentimentos dos nipo-brasileiros.” (KAWAMURA, 2008, p. 170).

Conclusão

Em grande parte da leitura realizada, pude detectar traços dessa identidade Nikkei positiva, uma autoimagem que os nikkeis são introjetados a pensar que possuem. Essa característica auto creditada herda valores que mantém vivos os laços de solidariedade da comunidade, mantendo vivo o espírito associativo.

Por outro lado, essa identidade entra em choque com o nikkei que migrou, porque este acreditava ter uma ligação com o Japão. No Brasil, sua identidade Nikkei e o fenótipo o diferenciava do resto dos brasileiros, nas palavras de Sakurai (2008, p.127) “eram todos japonês”. Ao chegar ao Japão, apesar de possuírem o mesmo fenótipo, não partilhavam a mesma cultura, não

conseguiam entender os costumes intrincados da sociedade japonesa, poucos eram fluentes em japonês e menos ainda sabiam ler e escrever no idioma. Mesmo os que sabiam, falavam um japonês extremamente diferente do usado no Japão moderno que é influenciado por palavras inglesas. O japonês falado no Brasil é inclusive categorizado diferente, sendo chamado e classificado como “língua de colônia”, visto pelos japoneses como fortemente carregada com expressões vindas do campo. As diferenças estendem-se para a culinária, a música, as tradições, várias delas abandonadas pelo Japão moderno e ainda cultivadas no Brasil.

Ao viver no Japão, o Nikkei questiona sua identidade e encontra o que podemos classificar como “sua brasiliade”. Talvez por saudades da terra que considera sua casa, começa a se vestir diferente, a andar com ginga, a se identificar muito mais com elementos do Brasil do que teria se jamais tivesse emigrado. No Japão, deixa de ser “japão” e passa a ser brasileiro. Ainda assim, mantém sua identidade Nikkei, os laços de solidariedade e o espírito associativo característicos da cultura tradicional dos imigrantes. Talvez todas essas identidades estejam imbricadas e caminhem para a constituição de uma nova identidade. Sabemos que as dinâmicas sociais dos Nikkeis estão mudando. Poucas famílias ainda mantém a organização familiar estendida, característica dos primórdios da imigração e cada vez mais organizam-se em famílias nucleares. Mesmo essas famílias nucleares enfrentam mudanças devido aos emigrantes que se ausentam por anos a fio, trabalhando no Japão, afastados do resto dos familiares. Há inclusive um aumento de divórios entre estes casais separados por meio mundo de distância e o recasamento dos cônjuges que se encontram no Japão com outros dekassegui. Os avós, que na velhice eram cuidados pelo primogênito homem agora criam os netos enquanto seus filhos trabalham do outro lado do planeta. As crianças que emigram com os pais têm a opção de receber a educação japonesa ou a educação curricular brasileira através de escolas particulares, porém muitos deles optam por não estudar, ou posterga-los. De qualquer forma, ao retornarem, têm uma vivência completamente diferente, pois relacionam-se com um Brasil que abandonaram anos ou décadas atrás e tentam preencher, como adolescentes ou jovens

adultos, um espaço na família e na sociedade que ocuparam quando eram bebês ou crianças pequenas.

É importante também mencionar o “racismo de marca” existente no Brasil e como ele afetou a autoimagem do Nikkei. O fenótipo colocava os Nikkei no “espaço da feiúra” até muito recentemente, segundo Kawamura (2008, p. 149), e isso só começa a mudar, lentamente, com a inserção dos Nikkei em todas as esferas da sociedade, o aumento de casamentos mistos e portanto de mestiços, e o cada vez maior número de canais novos de expressão e visibilidade desses grupos, com os quais expressam os padrões de beleza eleitos por seus membros. Kawamura (2008,p. 149), sustenta que esta é mais uma das contribuições da comunidade Nikkei para a sociedade brasileira: “a diversidade que abre caminho para a aceitação de novos padrões de beleza e corporalidade”. Todas essas novas dinâmicas introduzidas pela emigração para o Japão, aliadas aos processos identitários e territoriais criados no Brasil nestes mais de 107 anos de imigração oficial nos ensejam a pesquisar melhor qual será o futuro da territorialidade nikkei criada no Brasil.

Referências

- ASARI, Alice Yatiyo. E eu só queria voltar ao Japão (colonos japoneses em Assai). São Paulo:1992. f. Tese (doutoramento em Geografia) Departamento de Geografia da FFLCH, USP, 1992.
- BECKER, O. M. S. Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologia, Contextos. In CASTRO, I.E., GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. Explorações Geográficas, Percursos no Fim do Século. Bertrand Brasil:Rio de Janeiro,1997.
- CARDOSO, R. C. L. Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Primus Comunicação Integrada, 1995.
- CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- DAIGO, M. Pequena história da imigração japonesa no Brasil. Tradução de Masato Ninomiya. São Paulo: Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, 2008.
- DARDEL, Eric. O Homem e a Terra. Natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- HAESBAERT, R. PORTO-GONÇALVES, C. W. A nova des-ordem mundial. São Paulo, Editora UNESP, 2006.

- HARADA, K. (Coord.). *O nikkei no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2008.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HIMOTO, F. *Sol nascente no Brasil. Cultura e mentalidade*. Assis: UNESP, 2009.
- KAWAMURA, Lili. Família, mulher e cultura: impactos da migração para o Japão In: Resistência & Integração 100 anos de imigração japonesa no Brasil. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações [organizada por Célia Sakurai e Magda Prates Coelho]. Rio de Janeiro, IBGE, 2008. P. 167-179.
- KODAMA, Kaori; SAKURAI, Célia. Episódios da Imigração: Um balanço de 100 anos. In: Resistência & Integração 100 anos de imigração japonesa no Brasil. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações [organizada por Célia Sakurai e Magda Prates Coelho]. Rio de Janeiro, IBGE, 2008. P. 16-30
- MARTINS, Jose de Souza. *O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil* In *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MELCHIOR, Lirian. *Migrantes japoneses: um ciclo migratório: o caso de Londrina-PR*. 2003. 139 f.: il. 2003.
- MORAIS, F. *Corações sujos: a história da shindo renmei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- PATARRA, N. et al. *Políticas Públicas e Migração Internacional no Brasil*. I. SCALABRINI INTERNATIONAL MIGRATION NETWORK. *Las Políticas Publicas Sobre Migraciones y la Sociedad Civil en America Latina. Los casos de Argentina, Brasil, Colombia y Mexico*. New York, SIMN, 2011. p. 151-275.
- PÓVOA NETO, Helion. *A criminalização das migrações a nova ordem internacional* In *Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- RATZEL, F., *Geografia do homem (Antropogeografia)*. In: MORAES, A. C., Ratzel, São Paulo, Ática, 1990. p.32-107.
- SAKURAI, Célia. Dos passageiros do Kasato Maru aos aviões da Varig: quem eram os imigrantes? In: Resistência & Integração 100 anos de imigração japonesa no Brasil. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações [organizada por Célia Sakurai e Magda Prates Coelho]. Rio de Janeiro, IBGE, 2008. P. 120-135.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo:Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo:Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SAYAD, Abdelmalek. O quê é um imigrante? In *A Imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHPUN, Mônica Raisa. Imigração Japonesa no Brasil In: Resistência & Integração 100 anos de imigração japonesa no Brasil. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações [organizada por Célia Sakurai e Magda Prates Coelho]. Rio de Janeiro, IBGE, 2008. p. 137-149.

SEYFERTH, G. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. Mana, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 95-131, 1997.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. Revista USP, São Paulo, n. 53, 9 117-149, 2002.

SILVA, M. R. S; CABRAL C. L. De O. Etnopesquisa crítica: caminho (método) epistemológico e metodológico para se fazer uma pesquisa qualitativa em educação. Piauí, 2010.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo In Economia Política da Urbanização. São Paulo: Contexto, 1998.

SORRE, Maximilian. Migrações e Mobilidades do Ecumeno. In: Max Sorre. São Paulo: Ática, 1984. P. 125-138

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. Uma Epopéia Moderna, Hucitec: São Paulo, 1992

TAKEUCHI, M. Y. A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado. Revista USP São Paulo, n. 79, p. 173-182, setembro/novembro 2008.
VAINER, Carlos B. Estado e Migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. In: Travessia, São Paulo: CEM, n 36, 2000.